



Nº 1, janeiro 2017

# PONTO DE VISTA

Perspectivas sobre o desenvolvimento

## **Social Democracia: Antecedentes históricos, políticas públicas, globalização econômica e o caso brasileiro**

PONTO DE VISTA, Nº 1, janeiro 2017  
ISSN 1983-733X.

Rodolfo Scotelaro Porto Darrieux<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este ensaio aborda o tema da social democracia. A partir da literatura focada na trajetória dos partidos trabalhistas e social democratas no caso europeu, objetiva-se ressaltar as características principais que norteiam a social democracia. O foco principal se dá na disputa eleitoral e nas as políticas públicas resultantes de suas estratégias de coalizões societais para chegar ao poder. Além disso, tenta-se aplicar o observado no caso brasileiro. O debate leva a crer que a social democracia costuma focar suas políticas na classe trabalhadora independentemente da estrutura de classes do país e temos no caso brasileiro, o governo do PT - sendo o foco deste ensaio nos governos Lula - através de suas alianças de classe e políticas públicas, um exemplo de experiência social democrata fora do contexto europeu.

**PALAVRAS-CHAVE:** Social democracia, coalizões *cross-class*, políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

## 1. INTRODUÇÃO

Este ensaio objetiva analisar o fenômeno político da social democracia. O trabalho se divide em duas seções. Na primeira, são levados em consideração 1) o contexto histórico originário e de expansão da base de apoio político dos partidos trabalhistas e social democratas na Europa na metade final do séc. XIX e primeira metade do séc. XX para mostrar as estratégias adotadas por tais partidos para chegar ao poder, 2) as coalizões intra e entre classes que proporcionaram as políticas públicas dos governos social democratas durante a chamada Era de Ouro, com o objetivo de diferenciar tais políticas de governos considerados liberais e conservadores e 3) a reorganização da social democracia resultante da globalização e financeirização crescente do capitalismo e a partir daí, quais estratégias os partidos trabalhistas e social democratas passaram a adotar para seguirem sendo eleitoralmente competitivos.

Ou seja, a primeira seção visa fazer uma revisão da literatura sobre o tema a fim de apontar um conjunto de variáveis que ajudam a caracterizar o que vem a ser a social democracia, para que na segunda seção, seja possível realizar possíveis implicações sobre o que caracterizaria a experiência social democrata no caso brasileiro.

Antecipando o considerado pela revisão da literatura, temos que a social democracia pode ser entendida como uma política resultante de partidos de esquerda que optam pela competição política dentro dos ditames da democracia representativa e parlamentar ao invés de recorrer à revolução como pregam os partidos comunistas e socialistas. No entanto, para se fundamentar como social democrata, a prioridade da agenda de tais partidos deve ser a melhoria material da classe trabalhadora como um todo dentro dos limites possíveis proporcionados pela força do partido no Legislativo, sua base sindical e as condições sociais e econômicas.

Creio que a noção de social democracia gerada pela revisão da literatura seja aplicável no Brasil à experiência de governos petistas tendo em vista a criação e ampliação de programas do tipo *supply-side* (Boix, 1998) e valorização do salário mínimo, aumentando o poder de barganha dos trabalhadores *vis-à-vis* empresários. Neste ensaio, foco nos governos Lula, mais especialmente no primeiro, pois foi sob sua presidência que a maioria das políticas foram implementadas, facilitando a comparação com o governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

## 2. O FENÔMENO DA SOCIAL DEMOCRACIA: EMERGÊNCIA HISTÓRICA, POLÍTICAS PÚBLICAS E GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

### a) A social democracia e suas origens.

Entre a segunda metade do século XIX e primeira do século XX, a Europa se encontrava imersa em constantes crises econômicas e convulsões sociais violentas. Por que tais eventos estavam ocorrendo? Porque naquele momento, a Europa vivenciou um fenômeno que hoje em dia já se tornou

“naturalizado”, mas que na época foi uma revolução. Trata-se da ascensão do capitalismo e do avanço do processo de industrialização, ou mais precisamente, quando o livre-mercado passou a ser política de Estado. A sua expansão teve um impacto violento de transformação das relações econômicas e sociais. O advento do capitalismo fez com que as necessidades do mercado se tornassem os principais determinantes da vida social e limitou o poder político. Sob ele, a sociedade se tornou um mero complemento do mercado (Berman, 2006).

Então, temos como contexto histórico sociopolítico, um ambiente no qual mudanças de uma sociedade tradicional, com base na vida comunal onde o simples fato de pertencê-la era razão suficiente para que moralmente o indivíduo tivesse o seu sustento ou proteção social garantidos, para uma capitalista moderna na qual o risco da privação material é uma constante e o interesse individual passou a se sobrepôr ao comunal devido à lógica da divisão do trabalho e a perda de laços tradicionais de identidade e comunidade (Berman, 2006; Kloppenberg, 1986). Em suma, eram tempos de um processo de massificação da sociedade sob a égide do capital.

Nesse período de rompimentos violentos do tecido social no continente europeu, diversas correntes políticas emergiram no intuito de resolver este problema. Partidos comunistas, socialistas, social democratas, trabalhistas, organizações sindicais e posteriormente, em torno dos anos 20 da primeira metade do século XX, os fascistas, são respostas práticas mesmo com ampla diferença de propostas e resultados almejados entre eles ao mal-estar causado pelo capitalismo sem controle. Todavia, uma característica deste período era a presença de instituições democráticas e parlamentares em diversos países<sup>2</sup>. Em outras palavras, o voto já era realidade.

No entanto, dentro dos partidos comunistas e socialistas tradicionais, esta institucionalidade democrática não importava, uma vez que eram encaradas como sendo apenas reflexo de interesses burgueses. A solução para os ideólogos ligados ao marxismo mais ortodoxo e demais membros desses partidos era o de esperar o momento no qual seria possível realizar a revolução. Ou seja, somente quando aspectos econômicos fossem propícios para que a sociedade fosse transformada é que o partido comunista ou socialista deveria agir.

Podemos entender esta “espera” descrita acima, além de uma leitura da sociedade naquele momento na lógica da ortodoxia marxista, também como uma opção de abstenção da participação política dentro dos ditames institucionais. E é nessa lógica que teóricos como Jean Jaurès, ligado ao *Parti Socialiste de France* (PSF), membros da Sociedade Fabiana como Sidney e Beatrice Webb, ligados ao *Labour Party* (LP) e Eduard Bernstein e Karl Kautsky, ligados ao *Sozialdemokratische Partei*

---

<sup>2</sup> Democracia aqui não possui uma conceituação muito criteriosa. Certamente, na época, o direito a voto ainda era restrito por critérios de renda e gênero em muitos países e diversos partidos sofriam repressão política, como o SPD no caso alemão sob o governo Bismarck entre na década de 1880.

*Deutschlands* (SPD) fizeram uma releitura da ortodoxia marxista e propuseram novas estratégias políticas a partir delas (Kloppenber, 1986).

Certamente, cada país teve sua particularidade. No entanto o que é algo em comum entre todos é a opção pela participação (Bergounioux e Manin, 1989; Berman, 2006; Kloppenberg, 1986; Przeworski, 1985). Optar pela participação significa que o partido deveria se voltar para ao primado da política (Berman, 2006) e aceitar o marco institucional da democracia representativa como o meio de conseguir implantar um programa socialista.

Przeworski (1989: p.23) argumenta que se abster eleitoralmente nunca se caracterizou como uma estratégia racional ao membro da classe trabalhadora. Segundo o autor, isso ocorre pois a competição democrática proporciona a possibilidade de promover interesses dos diferentes grupos políticos no curto prazo, logo, qualquer partido que pretenda mobilizar a classe trabalhadora, deve se aproveitar desta oportunidade. Um exemplo empírico interessante que fundamenta este argumento de Przeworski (1985) é encontrado no caso inglês, onde, os sindicatos apareceram antes do LP<sup>3</sup> e posteriormente, o partido buscou apoio político sindical e foi bem sucedido.

Creio que o caso mais emblemático sobre a questão sobre a mudança de estratégia política se encontra no caso alemão com o SPD, por se tratar de originariamente ser um partido muito fiel à ortodoxia marxista. Já em 1891, Kautsky sinalizava que buscar o poder político através do voto era necessário para evitar a repressão política e conseqüentemente perseguições violentas como ocorrera durante o governo de Bismarck. Além disso, quando observamos o debate teórico e sua relação com a empiria, Bernstein se distancia de Marx quanto à questão do desaparecimento da classe intermediária e da proletarianização da classe trabalhadora como um todo enquanto processo irreversível. Bernstein constatou que a classe empresarial estava constantemente aumentando o número de trabalhadores *white collars*, ou seja, a classe trabalhadora estava cada vez mais diversificada, o que daria poucos incentivos para que, principalmente entre esses trabalhadores de nível intermediário na divisão do trabalho, apoiassem um projeto político revolucionário.

Logo, Bernstein constatou que na transição do séc. XIX para o XX, o capitalismo estava se revigorando após um longo período de depressão econômica, ao contrário das previsões de Marx. Ao lado disso, os Estados estavam começando a tomar medidas de proteção social, tendo em vista que a fragmentação social e injustiças econômicas persistiam mesmo com a consolidação do capitalismo. Por isso, nessa lógica, todas as medidas de proteção trabalhista, deveriam ser apoiadas pelo partido. Exemplo disto, foi o apoio do SPD à manutenção do sistema previdenciário criado pelo governo conservador de Bismarck. Por esta razão, Bernstein salientou a importância das classes trabalhadoras em ter um interesse ativo na política. É nessa circunstância que a social democracia emerge e começa a ganhar força. As limitações do marxismo ortodoxo sobre a questão da ação política e a não confirmação

---

<sup>3</sup> O principal exemplo é o TUC - *Trades Union Congress*, fundado em 1868, enquanto que o LP foi fundado em 1900.

de suas previsões incentivou o revisionismo e a mudança de tática política dos partidos de base socialista e trabalhista.

Assim, o SPD passou a adotar a democracia representativa primeiramente como tática para chegar ao socialismo. No entanto, como aponta Przeworski (1985), não só o SPD, mas os partidos social democratas de uma maneira geral, passaram posteriormente a encarar a democracia representativa como um fim em si mesmo, uma ação que veio por *default*, com a adoção da competição eleitoral ao invés da revolução violenta. Ao lado da adoção da democracia como um fim em si mesmo, veio a demanda pela extensão do sufrágio dentro da institucionalidade então existente, tornando-se partidos democratas *de facto* (Manin e Bergounioux, 1989).

Desse modo, os social democratas se constituíram como um partido voltado à atender especificamente os interesses dos trabalhadores, um fenômeno até então inédito como aponta Bergounioux e Manin (1989). Os autores argumentam que os social democratas alteraram a noção de democracia. Na segunda metade do século XIX, democracia representativa indicava que os eleitos, ou seja, os melhores, os mais capacitados deveriam ser escolhidos pelo voto para representar e tomar as melhores decisões para o bem comum. Com a entrada dos social democratas na disputa política, o representante eleito pelo partido deveria atender a uma *constituency* específica - os trabalhadores - e agir em prol de melhoras na condição material deste eleitorado, quebrando a lógica da noção de harmonia de classes. Isto foi altamente inovador no comportamento político dos indivíduos, pois criou uma nova identidade política até então não existente, a do trabalhador se ver como trabalhador e conseqüentemente ter a possibilidade votar como tal, para atender interesses de classe ao invés de votar por outras motivações como religiosa, por valores, etc (Przeworski, 1985).

Não obstante, um novo dilema surge. Contar somente com os votos do operariado industrial organizado iria deixar o partido em posição constantemente minoritária no parlamento, colocando-o sempre como opositor ou como parceiro secundário numa coalizão, como foi o caso da França, por exemplo em 1899, quando compôs uma coalizão com partidos republicanos e radicais de forma minoritária. Duas opções aparecem dentro desta circunstância: mantém o ideário socialista puro ligado ao voto dos sindicatos organizados ou adota outra estratégia para ampliar o escopo do voto?

Manter o purismo do ideário implicava em aceitar a condição de minoria no Legislativo, tendo em vista que manter um eleitorado específico no operariado fabril jamais faria com que os social democratas pudessem alcançar uma maioria razoável de cadeiras no parlamento para impor sua agenda. No jogo político-eleitoral a busca por maioria é a regra (Przeworski, 1985; Bergounioux e Manin, 1989). Sendo assim, os partidos social democratas precisaram recorrer ao apoio de outras classes. Assim, os social democratas ao invés de continuar abraçando a luta de classes, recorrem às alianças *cross-class* (Berman, 2006). Assim, os partidos social democratas passaram a buscar apoio também entre os trabalhadores *white-collars*, funcionários públicos e no setor agrário. Przeworski (1985) argumenta que

este fator restringe o comportamento político do indivíduo a agir enquanto classe e desse modo a votar como operário. O partido passa a se identificar desse modo como de “massas” ou do “povo” e diversifica o escopo de sua atuação política, tendo que atender não só às demandas do operariado organizado, como também passa a atender demandas como maior acesso à educação aos jovens, salário-família aos mais pobres e créditos agrícolas aos pequenos agricultores. Um exemplo clássico de cooperação *cross-class* é a chamada coalizão Red-Green na Suécia composta pelo Partido Social Democrata dos Trabalhadores da Suécia (*Sveriges socialdemokratiska arbetareparti* - SAP) e pelo Partido do Centro (*Centerpartiet* - C), que atendia interesses de pequenos agricultores. Tal coalizão, sob a liderança do SAP, governou a Suécia por 43 anos seguidos (1932-1975). Logo, o que o caso sueco ilustra? Que apesar da diluição do caráter de classe dos partidos social democratas, eles não se tornaram partidos do tipo *catch-all* e seguiram sendo como partidos representantes dos assalariados em geral. Manin e Bergounioux (1989) ressaltam que este fenômeno não é por acaso, tendo em vista que as estratégias de partidos em regimes pluralistas como o norte-americano são distintas, já que coalizões não são uma possibilidade e os partidos devem apelar para interesses muito dispersos e concorrentes para obter maioria. Um partido social democrata, ao contrário, possui grupos de interesse centralizados que dificilmente receberão respaldo em algum outro partido. Por isso que países com sistema proporcional como a Suécia, a Áustria e a Alemanha, costumam ter partidos social democratas mais bem sucedidos<sup>4</sup>.

Em suma, os partidos social democratas surgem num contexto de graves convulsões sociais e econômicas na Europa. O que os diferencia dos socialistas e comunistas tradicionais é a adoção do “primado da política” (Berman, 2006) como um meio de buscar representar interesses da classe trabalhadora e posteriormente em ampliar sua base de apoio político para obter maioria parlamentar, buscando suporte fora do operariado organizado em sindicatos. Portanto, podemos caracterizar um partido social democrata como uma organização política de esquerda que busca representar prioritariamente os interesses materiais dos diferentes grupos que compõem a classe trabalhadora, tendo em vista a sua clientela eleitoral. No tópico seguinte, a prioridade dada à classe trabalhadora fica mais visível.

## **b) Social democracia, coalizões sociais e políticas públicas.**

Nesta seção, é feita uma revisão da literatura cujo foco é a social democracia no poder, suas políticas públicas e quais condições permitiram tais políticas serem realizadas no período do pós-guerra, a chamada “Era de Ouro”, cujo período varia dos anos 50 até meados dos anos 70, quando a social democracia entra em crise.

---

<sup>4</sup> Certamente outros fatores, como aspectos sociais, influem para que um país tenha um partido social democrata forte ou fraco. Neste caso, o ponto é o arranjo institucional e a probabilidade que um partido social democrata tem de ser forte dentro dele.

Przeworski (1985) chega à conclusão de que com a diluição do caráter de classe, os social democratas não se diferenciam mais dos chamados partidos burgueses, pois a identidade enquanto operário se reduz e o indivíduo volta a ter mais incentivos a se enxergar como membro de outra coletividade como a nação ou algum grupo étnico. Além disso, o fato de governar em coalizão, faria com que dificilmente, os social democratas conseguissem nacionalizar uma grande quantidade de empresas. Ao lado desse fator, para alguns teóricos social democratas, nacionalizar empresas, só transferiria a autoridade privada da produção para a burocrática do Estado<sup>5</sup>. Logo, os social democratas, encontraram dificuldades sobre o que fazer em termos de política econômica. A solução foi abraçar os fundamentos de John Maynard Keynes, pois, desse modo, os social democratas encontraram uma teoria econômica capaz de gerir o capitalismo. O fundamento mais básico de Keynes, à grosso modo, era de que, aumentando os salários, aumentaria também a demanda agregada, atraindo desse modo mais investimento e taxa de lucro. Foi a maneira que facultou aos social democratas o atendimento de suas *constituencies*, sem necessariamente abalar as estruturas do capitalismo. Assim, Przeworski (1985), considera que os partidos social democratas não se diferem tanto dos demais, pois acabam fazendo uma pequena política redistributiva e legislação social.

No entanto, uma série de autores apontam que os resultados das políticas públicas sob governos social democratas diferem sim de governos liberais ou conservadores. Esping-Andersen (1990) por exemplo, cria uma tipologia comparando *welfare states* sob governos conservadores, liberais e social democratas. O autor mede o nível de *welfare* não pela quantidade de gastos sociais de um determinado governo e sim pela sua capacidade de “desmercantilizar” (*decommodify*) os indivíduos. Ou seja, o autor considera e mede o *welfare state* na sua capacidade em reduzir a dependência de um indivíduo *vis-à-vis* o mercado. Esta classificação de *welfare* é muito importante porque ela dá caráter político às medidas tomadas pelos governos e ajuda a diferenciá-los.

Esping-Andersen (1990) analisando as políticas sociais, argumenta que em regimes social democratas, a “desmercantilização” é muito forte, pois as políticas tendem a ter um caráter universalista. A função do Estado sob um regime social democrata é o de prevenir resultados desiguais através de proteção e benefícios sociais universais, ou seja, não importa a renda do indivíduo, todos tem acesso aos mesmos serviços e direito à renda mínima. Como resultado, neste modelo, Esping-Andersen (1990) encontra um alto nível de “desmercantilização” dos indivíduos em países que se aproximam deste modelo, como os escandinavos. Por sua vez, sob um regime liberal, as políticas sociais possuem apenas caráter residual. Ou seja, sob tal modelo, o Estado só pode ser acionado nos casos de pobreza extrema através de programas *means-tested*. É muito comum em países que se aproximam deste modelo o incentivo em subsídios para esquema de *welfare* privado, como planos de saúde etc. O autor encontra

---

<sup>5</sup> A experiência soviética de nacionalização das empresas, pela ótica dos social democratas da época não se caracterizava como um modelo de sucesso. Por isso também, o recuo em tal posicionamento.

um nível muito baixo de “desmercantilização” nos países que se aproximam deste modelo, como os Estados Unidos. Por fim, no modelo conservador, também chamado de corporativista-estatista, há uma contestação significativa à mercantilização e conseqüentemente, o Estado produz direitos sociais fortes. No entanto, os benefícios não são universalistas, pois são baseados no status da diferenciação social. Por exemplo, servidores públicos costumam possuir benefícios sociais mais amplos *vis-à-vis* trabalhadores do setor privado neste modelo. Esping-Andersen (1990) encontra um nível razoável de “desmercantilização” em regimes que se aproximam deste modelo como os países centrais da Europa continental.

Não só no campo social, mas também no macroeconômico, uma série de autores destacam que no poder, a social democracia também possui diferenças importantes em relação aos outros regimes. Hibbs (1977) por exemplo destaca que governos social democratas tendem a priorizar a questão do emprego, aceitando maiores taxas de inflação enquanto que governos mais à direita tendem a tolerar maiores taxas de desemprego em troca de maior estabilidade monetária. Hibbs (1977), chega a tal conclusão analisando os governos dos partidos Democrata e Republicano no poder nos Estados Unidos e do LP e Conservadores no Reino Unido e como as políticas desses governos distintos se relacionam com o *trade-off* entre inflação e emprego previsto na Curva de Phillips.

A explicação encontrada por Esping-Andersen (1990) sobre as políticas sociais e de Hibbs (1977) quanto às políticas macroeconômicas são similares. As diferenças entre os tipos de governo ocorrem devido às coalizões societais que dão base de sustentação para cada um deles. O que permitiu serviços públicos universalistas, no caso do argumento de Esping-Andersen (1990), foi a coalizão entre trabalhadores *white* e *blue collars* e com o setor agrário (Como a Aliança Red-Green, por exemplo). Além disso, no caso sueco mais precisamente, a atração dos setores *white collars* para a coalizão resultou num melhoramento dos serviços de seguridade social pública, evitando que tal classe recorresse aos serviços privados. O *trade-off* deste fator são altos impostos, mesmo assim, tais serviços seguiram recebendo amplo apoio popular devido ao princípio de evitar o efeito *wage drift* (Swenson, 1989), assim "todos pagam e todos se beneficiam" (Princípio da Igualdade) (Esping-Andersen, 1990).

A escala de prioridades dos tipos de governo apresentada por Hibbs (1977) opera nesta lógica. O autor percebe que trabalhadores *blue collars* tendem a preferir a estabilidade do emprego o que faz com que partidos voltados para esse interesse acabem colocando o pleno emprego acima da estabilidade monetária na escala de preferências políticas. Por outro lado, partidos mais ligados aos interesses empresariais e de trabalhadores *white collars* tendem a priorizar a estabilidade monetária em relação ao pleno emprego. As evidências encontradas por Hibbs (1977) são consistentes com suas hipóteses, tendo em vista que países escandinavos, que em geral possuem governos liderados ou pelo menos com força na coalizão de governo dos partidos social democratas, possuíam taxas de desemprego menores e inflação maiores em relação a outros países da OCDE.

Os achados de Hibbs (1977) receberam ainda mais suporte através das conclusões de Cameron (1978). O autor, buscando entender os motivos dos diferentes níveis de expansão da economia pública em uma série de países capitalistas desenvolvidos, nota que em países comumente governados por partidos social democratas costumam ter uma economia pública mais expansionista, ou seja, possuem um Estado com ampla capacidade de arrecadação. Isto ocorre pois, segundo Cameron (1978), tais Estados possuem um amplo programa de *welfare*.

Quando nos aprofundamos no tema do *welfare* e as bases que compõem suas políticas sociais e econômicas, frequentemente, autores que estudam o tema recorrem ao modelo sueco como o “tipo ideal” social democrata. Não é para menos, já que é o país no qual a social democracia ficou mais tempo no poder. Por que ficou tanto tempo? Porque a Aliança Red-Green abarcou um eleitorado muito extenso no qual ajudou a gerar um jogo do tipo ganha-ganha para trabalhadores *white* e *blue collars* e pequenos agricultores no qual o peso dos altos impostos não era desvantajoso para nenhuma classe já que os serviços públicos e mecanismos de proteção social eram universalistas (Esping-Andersen, 1990) o que refletiu num ampla economia pública (Cameron, 1978). Porém, como tais serviços e mecanismos de proteção social foram sustentados por tantos anos e ainda possuem reflexo nos dias atuais tendo que lidar com os dilemas encontrados pela Curva de Phillips? A resposta está no modelo de barganha capital-trabalho-Estado gerado por essas alianças intra e entre classes expostas acima.

Este modelo operava de forma centralizada com base em dois componentes importantes: moderação (*wage restraint*) e solidariedade salariais (Modelo Rehn-Meidner<sup>6</sup>). O princípio da moderação abrangia a distribuição de rendimentos entre empregadores e assalariados, enquanto que o princípio da solidariedade tratava da distribuição de rendimentos entre os assalariados.

O objetivo que norteava os dois princípios era o de manter forte a competitividade das exportações suecas. Ao lado disso, visava evitar o efeito *wage drift* enquanto os salários se valorizavam em diferentes setores regulando a competição sobre o trabalho, mantendo a competitividade e fortalecendo as lideranças sindicais.

A principal característica da barganha salarial sueca era seu modelo de *peak-level* - negociações através de confederações multi-industriais de sindicatos e empregadores (Modelo SAF-LO)<sup>7</sup>. Ou seja, vemos pelo caso sueco que a cooperação entre *white* e *blue collars* organizados deu muito poder de barganha para os trabalhadores *vis-à-vis* empregadores, fortaleceu a economia pública e gerou serviços públicos e proteção social que do ponto de vista dos atores envolvidos era racional arcar com seus custos, pois todos eram beneficiários. Como já mencionado, tudo isto só foi possível graças à coalizão Red-Green e a atração dos trabalhadores *white collars* - uma clivagem que tende a apoiar

---

<sup>6</sup> O modelo Rehn-Meidner foi um modelo de barganha coletiva de base keynesiana desenvolvido pelos economistas ligados à LO, Gösta Rehn e Rudolf Meidner em 1951.

<sup>7</sup> SAF - *Svenska Arbetsgivareföreningen* - Associação dos Empregadores Suecos.

LO - *Landsorganisationen i Sverige* - Confederação Nacional dos Sindicatos da Suécia.

preferencialmente políticas de estabilidade monetária ao invés de pleno emprego e conseqüentemente partidos liberais ou conservadores (Hibbs, 1977) - para a barganha coletiva.

Em suma, o debate suscitado pela literatura especializada argumenta que as políticas públicas que norteiam os governos social democratas de serviços públicos universalistas e prioridade ao pleno emprego sobre outras agendas econômicas é devido ao modo como coalizões sociais foram sendo desenhadas em torno de governos social democratas. A Suécia é certamente o caso empírico de maior destaque, porém outros países como Áustria e Noruega ilustram também casos de governos social democratas bem sucedidos. Através do que foi exposto, podemos concluir que quanto mais abrangente em termos de associados de diferentes sindicatos for a central sindical ligada ao partido social democrata, maior a probabilidade do partido possuir bons resultados eleitorais, já que a abrangência de sua *constituency* seria grande, e conseqüentemente, maior poder de barganha política o partido terá no parlamento. Isto ocorre, pois o comportamento eleitoral gerado na sociedade por governos social democratas se encontra na disputa do eixo capital-trabalho (Lipset e Rokkan, 1967), ou seja na “materialização” do conflito distributivo.

Do ponto de vista institucional, países que adotam o sistema proporcional tendem a ter governos social democratas de maior sucesso como são os casos sueco e austríaco, pois o modelo societal social democrata resulta numa representação ampla de conflitos de interesse e aceita negociar com grupos políticos minoritários, ou seja não nega a formação de coalizões partidárias (Manin e Bergounioux, 1989). Por esta razão, sistemas pluralistas, onde grupos de interesse disputam entre si para buscar apoio político como ocorre nos Estados Unidos, tende a não ser favorável para a social democracia já que a relação sindicato-partido não é tão forte. Dificilmente, o modelo de barganha centralizada sueco seria possível num sistema pluralista devido à fragmentação dos grupos de interesse, por exemplo.

No entanto, a Era de Ouro da social democracia teve um esgotamento a partir da primeira metade da década de 70. As políticas públicas de serviços e proteção sociais universalistas ficaram difíceis de serem sustentados em razão da crise econômica que atingiu o mundo em tal período gerou um mal-estar entre os empregadores e a maior mobilidade de capital gerou uma diminuição da solidariedade entre os trabalhadores. O tópico a seguir debate os principais pontos acerca dos fatores que geraram as mudanças de interesses entre os atores envolvidos (empregadores e trabalhadores) e os resultados políticos desta mudança.

### **c) Globalização econômica, mudança na distribuição de preferências e a nova estratégia social democrata.**

A partir da crise do petróleo entre 1973 e 1974, que resultou numa forte elevação dos preços desta *commodity* no mercado internacional ao lado de uma queda substancial do crescimento econômico nos países de capitalismo avançado fez com que o cenário socioeconômico se tornasse mais complicado

para que o modelo societal e econômico da Era de Ouro social democrata conseguisse se manter. A fórmula keynesiana adotada pelos países desenvolvidos do pleno emprego que depende de crescimento econômico se deparou com uma inflação crescente (um fator previsto pela Curva de Phillips quando o cenário é de pleno emprego).

Ora, baixa produtividade implica em lucros menores, logo, para um dono de capital, a opção era recorrer à redução dos custos para manter a produção, ou seja, nesta circunstância vemos que o custo do trabalho (salários e demais encargos trabalhistas) entra na pauta da reivindicação dos empregadores. Ao lado disso, inflação alta, do ponto de vista do consumidor indica uma redução do poder de compra, logo, o assalariado também passa a ter demandas por mudanças na política econômica. Também nesse momento, o capital começou a ter mais mobilidade. Mais precisamente, empreendedores e investidores começaram a ter mais incentivos e possibilidades em atuarem onde o custo da produção é menor, desnacionalizando a produção. Logo, podemos afirmar que a distribuição de preferências em diferentes classes sociais começaram a se alterar em virtude das mudanças estruturais do capitalismo (Glyn, 2001).

Uma observação inicial a ser feita através da mudança deste cenário na economia global é a dificuldade do modelo keynesiano em lidar com o conflito distributivo em períodos de baixo crescimento econômico e principalmente com a expansão da mobilidade do capital, já que neste modelo, a barganha *cross-class* em nível nacional é uma variável fundamental para o sucesso do modelo.

Se há alterações na distribuição de preferências, certamente isso se traduz em termos políticos. Ocorre que a capacidade dos governos social democratas em influírem resultados econômicos começa a ser contestada. Com a maior mobilidade de capital ao redor do globo, os governos eleitos em diferentes Estados nacionais para garantir o investimento e conseqüentemente o emprego em seus países tiveram que criar um "ambiente de negócios" favorável aos investidores. Para que isso fosse viável, medidas como privatizações e responsabilidade fiscal entraram na pauta política. Por esta razão, Keohane e Milner (1996) argumentam que a globalização financeira gerou uma pressão monetarista sobre os governos, reduzindo a capacidade destes em coordenar política monetária e restringindo a possibilidade dos governos em controlarem a taxa de câmbio - o câmbio flutuante se tornou regra em detrimento do fixo -, gerar exportações e aumentar a atividade econômica através de controle político.

Rodrik (1997) argumenta que as mudanças no comércio global aumentaram a lacuna entre os setores produtivos e de serviços, aumentando o conflito distributivo entre grupos que anteriormente possuíam interesses em comum no jogo distributivo. Ou seja, Rodrik (1997) nos mostra que a globalização econômica reduziu o poder de barganha da classe trabalhadora *vis-à-vis* empresários e diminuiu a solidariedade entre ela.

Swenson e Pontusson em Iversen *et al.* (1999), demonstram como isto ocorreu na Suécia e o modelo de barganha centralizada foi alterado. O descontentamento na SAF começou a aumentar a partir dos anos 1974-1976 devido à explosão salarial na Suécia e a redução da competitividade das empresas.

A barganha *peak-level* interprofissional gerou uma compressão dramática de pagamento entre empresas, principalmente entre as dos empregadores do ramo de engenharia abrangendo trabalhadores *blue* e *white collars*. A estratégia adotada pela VF (maior membro da SAF) em 1983 foi a de oferecer aumento salarial ao Metall (sindicato mais forte da LO) mais alto do que oferecido pela SAF ao LO. Além disso, incentivou o Metall, sob uma liderança mais voltada aos trabalhadores com qualificação, a abandonar o nivelamento interprofissional e as cláusulas envolvendo a questão do *wage-drift* para aceitar um aumento nos diferenciais de salário<sup>8</sup>.

A negociação vigorou graças a um descontentamento por parte dos trabalhadores mais bem remunerados em relação aos de menor salário, estes favorecidos pela liderança anterior. Assim, a política de solidariedade salarial se enfraqueceu com o antagonismo que o Metall criou em relação ao LO. Além disso, na lógica da recuperação da competitividade no mercado internacional e diversificação da produção, os empregadores suecos perceberam uma necessidade de mais discrição no uso dos incentivos salariais do que a barganha centralizada permitia. Essas mudanças deixaram as fronteiras entre trabalhadores *white* e *blue collars* menos visíveis, o que incentivou cada vez mais os empregadores a não apoiarem o modelo de barganha centralizada.

Os autores ainda dizem que as novas tecnologias permitiram percursos profissionais aumentando as oportunidades de um trabalhador *blue collar* chegar ao nível de *white collar*. Esta nova situação fomentou negociações *firm-level* tanto para *blue* quanto para *white collars* diminuindo a força das negociações *peak-level*. Em suma, a entrada de novas tecnologias capazes de reconfigurar a produção a partir da década de 70 incentivaram a SAF e principalmente a VF a advogarem por maior descentralização na barganha.

Toda esta redefinição de preferências demonstrada através do caso sueco, além das mudanças na política econômica, refletiu eleitoralmente. Plataformas políticas de caráter mais monetaristas foram eleitas nas eleições de 1975, 1978 e 1990, pondo fim a uma hegemonia de 43 anos consecutivos de governos social democratas na Suécia. O SAP pouco podia fazer para manter o apoio político maciço da Era de Ouro tendo em vista as circunstâncias desfavoráveis de alta inflação, desemprego crescente e redução de solidariedade entre trabalhadores. É nessa lógica da redução da possibilidade do escopo de ação que alguns autores argumentam que partidos de esquerda para continuarem eleitoralmente competitivos, passaram a se assemelhar mais com os da direita (Kitschelt, 1994; Panitch *et al.*, 1997; Rodrik, 1997).

Panitch *et al.* (1997) recorre ao exemplo do Reino Unido, país no qual os efeitos da crise inflacionária foram sentidos mais prematuramente no final da década de 60, para mostrar que em 1974, o LP foi eleito com uma plataforma radical de nacionalização mas que não logrou sucesso em realizá-

---

<sup>8</sup> VF - *Verkstadsföreningen* - Associação dos Empregadores de Engenharia.  
Metall - *Svenska Metallindustriarbetareförbundet* - Sindicato dos Metalúrgicos Suecos.

la pela falta de apoio político. O partido acabou se aproximando da agenda macroeconômica que se fortalecia no momento e acabou se diferenciando pouco em relação aos *Tories*, abrindo caminho para este último assumir o poder em 1983 com Margaret Thatcher. Panitch et al. (1997) ainda destaca que o *New Labour* quando Tony Blair assume o poder em 1997 tem poucas diferenças frente ao governo conservador anterior já que o então Primeiro Ministro abraça a bandeira do limite de gastos. Glyn (2001) mostra que na França, ocorreu um processo similar. François Mitterrand foi eleito em 1981 como presidente com uma agenda econômica denominada *Programme Commun* de inspiração keynesiana. No entanto, o programa não deu certo e gerou déficit tanto fiscal quanto na balança comercial. Mitterrand então, cancelou o programa e o substituiu pela *désinflation compétitive*, uma medida que visava reduzir a inflação e aumentar a competitividade das empresas francesas no mercado externo. Essa medida é considerada como um "giro para a austeridade" do governo do PS e teve como resultado o controle da inflação e o aumento do desemprego por se tratar de uma medida originária da burocracia estatal e não da barganha capital-trabalho. Ou seja, Assim como Panitch et al. (1997), Glyn (2001) diz que a partir da globalização, as diferenças entre social democratas e outros tipos de governo reduziram muito devido à homogeneização das agendas de política econômica.

No entanto, temos estudos que argumentam que, mesmo com mais restrições para formular políticas devido à imposição de controle fiscal, baixa inflação e balança de pagamentos não deficitária, governos sob partidos social democratas se diferenciam de liberais e conservadores. Garrett (1998), por exemplo, vê na globalização um momento em que a demanda por políticas de redistribuição ganharam um novo fôlego. Acontece que nessa nova circunstância, uma coordenação mais institucionalizada e sólida entre os atores é fundamental para que o Estado tenha alguma margem de intervenção expansionista na oferta sem que cause pressão inflacionária. Ou seja, Garrett (1998) quer dizer que a presença de sindicatos e grupos patronais integrando o sistema daria ao Estado instrumentos que fossem capazes de lidar com os efeitos econômicos gerados pela política do pleno emprego que neste novo cenário de baixa barganha salarial provoca aumento dos juros como uma maneira de tentar controlar a inflação.

Garrett (1998) argumenta que a social democracia continua representando a maior possibilidade de conciliação entre democracia e mercado tendo em vista que a globalização acaba aumentando os riscos sociais e a outra resposta política frente ao aumento dos riscos não é democrata devido ao discurso xenófobo. O ponto levantado por Garrett (1998) em pouco se distingue do modelo social democrata vigente anterior ao processo de globalização já que ele advoga que a solução seria uma barganha forte entre sindicatos, grupos patronais e Estado - modelo tripartite de barganha com aliança *cross-class*. Ou seja, o autor vê no modelo social democrata um espaço para políticas macroeconômicas coordenadas objetivando a ampliação do Estado em seu papel de impulsionador do crescimento econômico.

A solução que Garrett (1998) leva à debate não é algo impossível, porém, é um modelo que só pode se formar no longo prazo o que é algo complexo tendo em vista as evidências de maior variação nos resultados eleitorais após o período de globalização financeira<sup>9</sup>, com exceção do caso britânico que mesmo no período da Era de Ouro, havia uma variação substantiva nos resultados eleitorais<sup>10</sup>. Por exemplo, na Suécia, o principal caso de sucesso social democrata, após as eleições de 1975, apesar do SAP seguir tendo um eleitorado substantivo e seguir competitivo, o partido tem revezado no poder com o liberal Partido Moderado (*Moderata Samlingspartiet*) com mais frequência em comparação com a série histórica iniciada em 1921 com fim em 1973. Na Noruega, outro caso de social democracia historicamente forte, vemos que a partir da série iniciada nas eleições de 1972, o Partido Trabalhista (*Arbeiderpartiet*) tem revezado vitórias eleitorais com o Partido Conservador (*Høyre*), desde que conseguiu ascender ao poder pela primeira vez nas eleições de 1935. Na Alemanha, o SPD após governar de 1965 até 1982, passou a intercalar vitórias eleitorais mais frequentes com a União Democrata-Cristã Alemã (CDU - *Christlich-Demokratische Union Deutschlands*) e inclusive a fazer partes de governo, como atualmente faz parte da coalizão de suporte à Angela Merkel (CDU).

As variações demonstradas acima também demonstram evidências de que as diferenças entre partidos social democratas e liberais/conservadores<sup>11</sup> persistem mesmo sob novos marcos institucionais e agenda político-econômica. Afinal, se as agendas se homogeneizaram, por que há essa variação? Do ponto de vista do eleitor, bastaria manter o mesmo partido no poder, pois os resultados das políticas econômicas seriam os mesmos.

Boix (1998) na mesma linha de Garrett (1998) argumenta que as diferenças persistem, porém, enxerga novos meios da social democracia conseguir angariar apoio político e conduzir o governo uma vez no poder. Boix (1998) diz que a estratégia social democrata deve ser a de agregar classes em torno de políticas que agradem grupos diversos. O autor catalão diz que os partidos devem se abrir para diferentes opções de coalizão para se sustentar no poder durante um período no mínimo razoável para realizarem políticas que sejam dos seus interesses, que podem em diversas situações, enfrentar rejeições de algum grupo que faça parte da coalizão.

Assim, vemos em Boix (1998) um detalhe importante, ele mostra que o "político" não foi submetido ao "econômico", mas, reconhece que há restrições institucionais às atuações dos partidos. Mesmo que partidos social democratas se assemelhe aos demais em só conseguir se eleger com plataformas políticas que não ameaçam o crescimento econômico, o autor diz que esses partidos tendem

---

<sup>9</sup> Fontes: Base de Dados Eleitorais Europeus do NSD (Centro Norueguês de Análise de Dados), Acessado em 02/08/2016. Website: [http://www.nsd.uib.no/european\\_election\\_database/](http://www.nsd.uib.no/european_election_database/)

<sup>10</sup> BRANCATI, Dawn. Global Elections Database. New York: Global Elections Database, Acessado em 02/08/2016. Website: <http://www.globalelectionsdatabase.com>.

<sup>11</sup> Talvez um motivo institucional para isto seja o sistema eleitoral britânico majoritário uninominal de maioria simples, o que pode dificultar as alianças *cross-class* a nível nacional. Como já abordado neste ensaio, social democratas costumam ser mais bem sucedidos em países com sistema proporcional, como os escandinavos.

<sup>11</sup> Coloquei ambos juntos pela prioridade dada à estabilidade monetária e austeridade fiscal ao invés do pleno emprego.

a levar esta questão em relação ao bem-estar da classe trabalhadora. A agenda social democrata encara o crescimento econômico como um meio de geração de empregos e de capacitar o Estado em promover políticas redistributivas, enquanto que conservadores e liberais acreditam que o crescimento econômico por si só é capaz de gerar redução da pobreza e promover bem-estar. É nessa lógica que Boix (1998) demonstra que novas estratégias políticas são moldadas. Para ele, é imprescindível que partidos social democratas consigam uma maioria eleitoral sólida para implementar medidas expansionistas. Boix (1998) demonstra através de países sem sindicatos fortes como a Espanha que esta estratégia foi bem sucedida através do investimento público em capital físico e humano, ou seja, em políticas focadas na oferta (*supply-side*) e na criação de *social wages*.

### 3. SOCIAL DEMOCRACIA E O CASO BRASILEIRO

A partir do exposto nas seções anteriores, podemos concluir que a social democracia se caracteriza como uma estratégia política ligada à esquerda tendo em vista as escolas teóricas que a circundam. Sua *constituency* é formada primeiramente por trabalhadores *blue collars*, mas posteriormente para conseguir maioria eleitoral, os partidos partiram para as alianças *cross-class* tentando atrair trabalhadores *white collars*, funcionários públicos, trabalhadores não organizados em sindicatos e setores ligados à produção agrícola. A identidade política formada através dessas coalizões desloca o conflito político do eixo centro-periferia para o capital-trabalho (Lipset e Rokkan, 1967). O resultado disto são políticas de base keynesiana focadas em garantir o pleno emprego e a competitividade ao lado de um Estado provedor de amplos serviços públicos e proteção social aos riscos do mercado. A crise inflacionária dos anos 70 e a mobilidade de capital enfraqueceram o poder de barganha da classe trabalhadora e da aplicação do modelo social democrata característico da Era de Ouro devido às restrições institucionais. No entanto, tais restrições, não significaram o fim da possibilidade de vitória política dos partidos social democratas, nem que as agendas políticas se tornassem homogêneas entre os partidos. Novas tentativas de alianças *cross-class* e medidas visando garantir o pleno emprego surgiram frente ao novo cenário, sendo a principal delas, as de *supply-side* e de *social wage*. Logo, podemos afirmar que as diferenças entre social democratas e demais partidos persistem.

Em suma, são partidos de esquerda ligados a uma central sindical que atuam dentro das possibilidades políticas proporcionadas pelos limites das instituições. A partir desta caracterização, como podemos entender a social democracia no Brasil? Há a possibilidade destes fundamentos da literatura ligados à realidade europeia serem aplicados na realidade brasileira? Terminei este ensaio buscando responder estas perguntas.

### **Determinantes social democratas da realidade brasileira: o exemplo dos governos Lula.**

Primeiramente, para analisar os determinantes da social democracia no Brasil, temos que identificar o partido que mais se aproxima com o descrito pela literatura especializada. Seguindo a classificação ideológica de Power e Zucco (2009) e as características organizacionais, o partido no mínimo mais semelhante à organização partidária dos partidos considerados na revisão da literatura é o Partido dos Trabalhadores (PT). O partido é fundado em 1980 por apoiadores e sindicatos ligados ao movimento do “Novo Sindicalismo”, sendo Luiz Inácio Lula da Silva, o principal representante deles, integrantes ligados à Teologia da Libertação da Igreja Católica e intelectuais de esquerda como Paul Singer, Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda e Perseu Abramo. Uma característica importante do PT e do “Novo Sindicalismo” é a rejeição ao modelo sindical corporativista de Getúlio Vargas ligado à burocracia estatal. Logo, o partido e a principal central sindical ligada à ele, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) sempre foram defensores da autonomia sindical, caracterizando assim, um modelo similar aos dos partidos social democratas europeus tradicionais. O PT e a CUT são frutos do processo de intensificação da industrialização no Brasil nos anos 70 e assim como na Europa, os trabalhadores organizados por si só não foram (são) capazes de formar maiorias legislativas.

No entanto, uma diferença entre o PT e os partidos social democratas europeus mais doutrinários, mas uma característica similar ao LP, é o fato do partido majoritariamente nunca ter sido adepto da via revolucionária. Exemplo prático disto foi a participação do partido na Assembleia Constituinte (1987-1988) durante a transição da ditadura militar para o regime democrático<sup>12</sup>. Porém, o PT até a sua vitória eleitoral em 2002, resistia em fazer coalizões com partidos ideologicamente mais distantes se assemelhando novamente aos partidos social democratas europeus em sua origem nesse ponto.

Quando o Brasil se redemocratiza, além da questão social, outros graves problemas eram a alta inflação e a instabilidade monetária. Os problemas de matriz econômica só foram resolvidos com mais ênfase após a eleição de Fernando Henrique Cardoso pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que apesar do nome, não se caracteriza como um partido social democrata *de facto*, por não ter ligações com o trabalhador *blue collar* organizado sindicalmente. Não à toa Zucco e Power (2009), por exemplo, o classificam como de centro. Em linhas gerais, a estabilização monetária guiada por FHC se pautou pelo fortalecimento da política do câmbio flutuante, regime de metas de inflação e controle monetário por meio de altas taxas de juros. Ou seja, vemos no Brasil, com os governos FHC, aspectos da agenda econômica que apareceram após a globalização financeira.

Além disso, sob FHC, iniciaram os primeiros programas sociais no Brasil pós-redemocratização. No entanto, as evidências demonstradas por Thomé (2013) e Amorim Neto e Santos (2015) mostram

---

<sup>12</sup> A Constituição de 1988 é considerada por uma série de autores como social democrata. Amorim Neto e Santos (2015), por exemplo demonstram que uma esquerda muito disciplinada ocupava 47.0% de cadeiras na Constituinte, enquanto que a direita se encontrava fragmentada e com partidos indisciplinados, isto resultou num contrato social contendo benefícios e proteções sociais universalistas.

um detalhe interessante. Apesar de um dos grandes feitos sociais do governo FHC ter sido a ampliação ao acesso à educação básica, no médio prazo isto não significou uma redução no nível de emprego informal, um dos grandes problemas estruturais do trabalho no Brasil e que dificulta o fortalecimento dos sindicatos e o poder de barganha do trabalhador enquanto classe constituída. Ou seja, o que estes autores argumentam é que as políticas sociais do governo FHC apesar de positivas, pois no caso acima, ajudou a reduzir o número de jovens sem acesso à escola, elas não são políticas voltadas para a inserção direta dos indivíduos no mercado de trabalho.

Já, quando o PT assume o governo em 2003, o caráter dessas políticas mudam. Na área da educação vemos por exemplo, um foco maior dado ao ensino técnico, visando uma inserção mais imediata do indivíduo no mercado de trabalho<sup>13</sup>. Temos como exemplo disto um processo significativo de criação de Escolas Técnicas Federais. O principal programa social do governo, o Bolsa Família é um programa em que ao mesmo tempo objetiva combater a pobreza extrema e gerar capital humano, ou seja, constitui uma política que nos termos de Boix (1998) se caracteriza como *supply-side* ao lado das Escolas Técnicas Federais e também de programas como o ProUni e FIES. Além disso, os salários se valorizaram com muito mais força nos governos PT em comparação com os do PSDB. Enquanto que entre 1995 e 2002, o salário mínimo valorizou R\$ 100,00 (saltou de R\$ 100,00 para R\$ 200,00), nos dois governos Lula, a valorização foi de R\$ 270,00 (partiu de R\$ 240,00 em 2003 para R\$ 510,00 em 2010)<sup>14</sup>. Por último, a redução significativa do desemprego também foi uma política emblemática dos governos PT<sup>15</sup>.

O que o demonstrado acima indica? Que a partir da entrada do PT no governo, a identidade política do eleitorado brasileiro, pelo menos, no que tange ao Executivo, foi alterada para o eixo capital-trabalho, assim como ocorre nos países europeus quando governados por partidos social democratas. As políticas consideradas no parágrafo anterior são resultados de uma coalizão entre trabalhadores *blue collars* através da CUT com os pequenos agricultores através do MST (Movimento dos Sem Terra) que por sua vez, conseguiram apoio eleitoral dos trabalhadores não sindicalizados de baixa qualificação, em grande parte do ramo informal. Tudo isto foi feito sem desmontar os pilares macroeconômicos liberais criados nos governos do PSDB. Estas políticas redefiniram completamente a base de apoio político do PT, antes ligado às centrais sindicais, trabalhadores *white collars* das regiões mais ricas do país e funcionários públicos. O resultado desta mudança da base de apoio que se configurou em 2002 e se consolidou em 2006 foi a transformação do PT num partido com maior competitividade política para atrair o eleitor mediano sob a lógica da clivagem capital-trabalho (Lipset e Rokkan, 1967).

---

<sup>13</sup> Fonte: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos\\_oglobo\\_171007.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_oglobo_171007.pdf), Acessado em 04/08/2016. Vide Gráfico 2 no Anexo.

<sup>14</sup> Fonte: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/04/valorizacao-do-salario-minimo-muda-a-cara-da-economia>, Acessado em 04/08/2016.

<sup>15</sup> Vide Gráfico 1 no Anexo.

Um dos meios encontrados para que tais políticas fossem possíveis, principalmente a valorização do salário mínimo, foi a criação por Lula em 2003 do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o chamado *Conselhão*, que reúne representantes dos trabalhadores, movimentos sociais e empresários. Ou seja, foi um instrumento encontrado para que a barganha coletiva fosse realizada. Em outras palavras, foi uma maneira política de tentar solucionar questões de ordem distributiva.

Assim, vemos que, mesmo num país no qual os sindicatos são ainda fracos, a taxa de emprego informal é alta, e os marcos institucionais da liberalização econômica se fazem presentes, é possível sim que governos como o do PT, e este enquanto partido, sejam classificados como social democrata à luz da literatura debatida tendo em vista a adesão à disputa eleitoral, ou seja, em tentar conquistar maiorias, a coalizão de classes formada a partir disso, a identidade política voltada para o eixo capital-trabalho e as políticas resultantes dessa coalizão.

#### 4. CONCLUSÃO

A proposta principal deste ensaio foi a de apontar as principais características da social democracia. Concluo que a social democracia se caracteriza como uma estratégia política oriunda da esquerda política que não visa romper com a institucionalidade e cuja principal *constituency* é a classe trabalhadora como um todo. O objetivo das políticas social democratas é o de dar mais poder de barganha para o trabalhador *vis-à-vis* donos do capital. Ou seja, é uma estratégia política que visa quebrar a atomização do indivíduo, fator resultante da competição capitalista, e fazer com que se identifique e se organize politicamente enquanto "trabalhador", ou seja, organizá-lo enquanto classe de maneira abrangente não somente dentro dos sindicatos.

Apesar das restrições institucionais resultantes do processo de globalização financeira que resultou numa perda maior de solidariedade entre os trabalhadores e um maior poder de barganha dos empresários, a social democracia segue se diferenciando dos governos ditos de direita, pois apesar de não romper com os marcos institucionais gerados pela liberalização econômica, o foco continua sendo gerar políticas voltadas aos interesses dos trabalhadores dentro das possibilidades impostas pelos limites institucionais.

Creio que este modo de analisar o fenômeno da social democracia não se restringe aos países de capitalismo avançado. Logo, tomando o caso brasileiro como exemplo, busquei expor que o modelo de análise aqui debatido pode ser aplicado em países fora da realidade europeia. Países relativamente industrializados como o Brasil podem ser encarados através das ferramentas de análises providas pela literatura debatida, claro, sempre considerando as devidas especificidades de estrutura de classes endógenas ao país. A trajetória do PT antes e depois de chegar ao poder e suas políticas, podem ser sim encaradas como social democratas, principalmente considerando o foco principal das políticas realizadas visando atender à sua *constituency*: a classe trabalhadora - organizada e não organizada.

## 5. BIBLIOGRAFIA

ALT, James (1985), "Political Parties, World Demand and Unemployment: Domestic and International Sources of Economic Activity." *American Political Science Review*, 79: pp.1016-40.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano (2015). "Europe as a Benchmark? Applying the Power Resources Theory to Lula's Brazil" (mimeo).

BERGOUNIOUX, A. e MANIN, Bernard, (1989), *Le Régime Social-Democrate*. Paris: Presses Universitaires de France.

BERMAN, Sheri (2007), *The Primacy of Politics: Social Democracy and the Making of Europe's Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.

BOIX, Carles (1998). *Political parties, growth and equality: conservative and social democratic economic strategies in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

CAMERON, David R. (1984). "Social Democracy, Corporatism, Labour Quiescence and the Representation of Economic Interest in Advanced Capitalist Society". In: John Goldthorpe (1984), *Order and Conflict in Contemporary Capitalism*. Oxford: Clarendon Press.

ESPING ANDERSEN, Gosta (1985). *Politics against markets: the social democratic road to power*. Princeton: Princeton University Press.

\_\_\_\_\_ (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton: Princeton University Press.

GARRETT, Geoffrey (1998). *Partisan politics in the global economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

GLYN, Andrew (2001). *Social Democracy in Neoliberal Times. The Left and Economic Policy since 1980*. Nova York: Oxford University Press.

HIBBS, Douglas (1977), "Political Parties and Macroeconomics Politics". *The American Political Science Review*. Vol.71, n. 4: 1467-1487.

IVERSEN, Torben; PONTUSSON, Jonas e SOSKICE, David (1999), *Union, Employers and Central Banks: Macroeconomic Coordination and Institutional Change in Social Market Economies*. Cambridge: Cambridge University Press.

KEOHANE, Robert e MILNER, Helen (1996), *Internalization and Domestic Politics*. Nova York: Cambridge University Press.

KITSCHOLT, Herbert. (1994), *The transformation of European social democracy*. Nova York: Cambridge University Press.

KLOPPENBERG, James T. (1986), *Uncertain Victory: Social Democracy and Progressivism in European and American Thought, 1870-1920*. Oxford, Oxford University Press.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein (1967). *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives*. Nova York: The Free Press.

PANITCH, Leo e LEYS, Colin (1997), *The End of Parliamentary Socialism: From New Left to New Labour*. Londres: Verso.

PIERSON, Paul (1996) “The New Politics of the Welfare State”. *World Politics* 48: 143-79.

PRZEWORSKI, Adam (1985) *Capitalism and Social Democracy*. New York: Cambridge University Press.

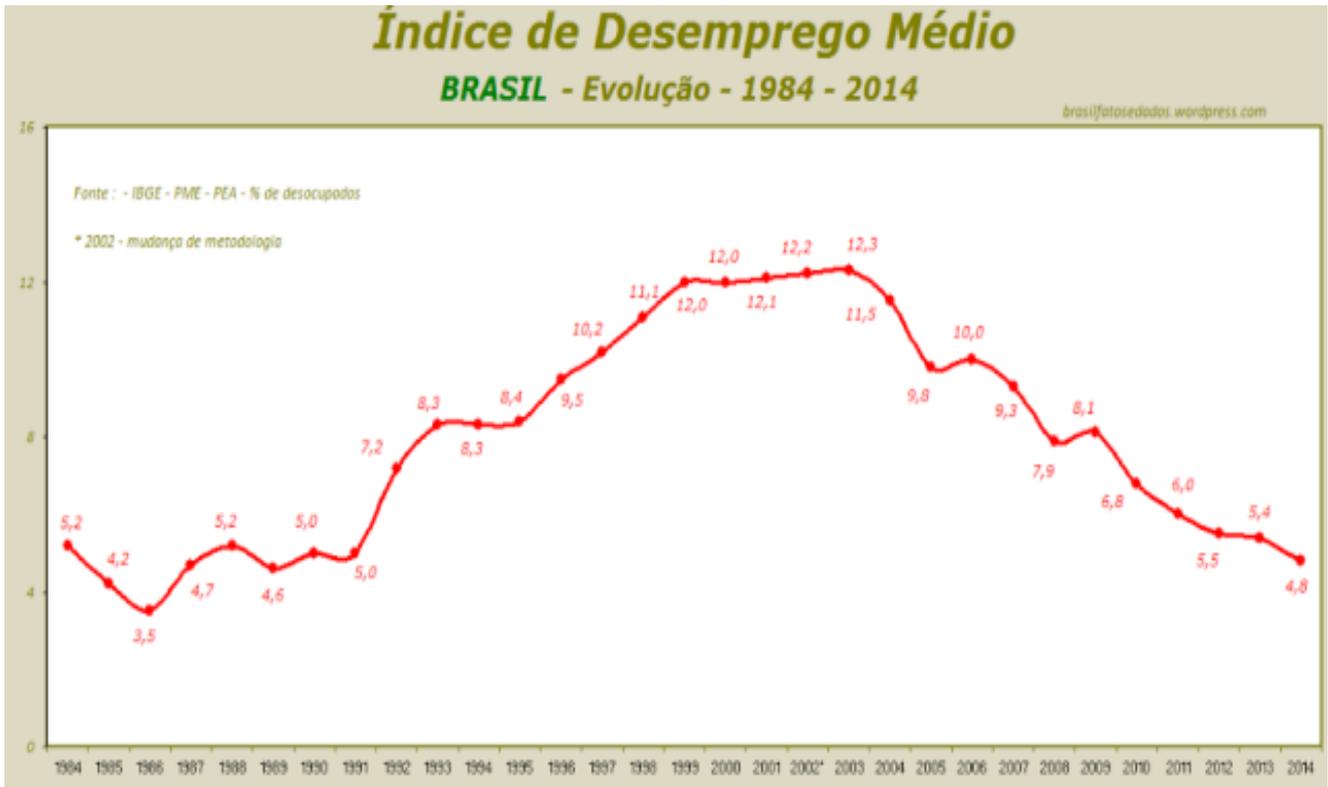
RODRIK, Dani (1997), *Has Globalization Gone too Far?* Washington, DC: Institute for International Economics.

SWENSON, Peter (1989), *Fair Shares: Unions, Pays and Politics in Sweden and West Germany*. Nova York: Cornell University Press.

THOMÉ, Débora (2013). *O Bolsa-Família e a social-democracia*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

ANEXO

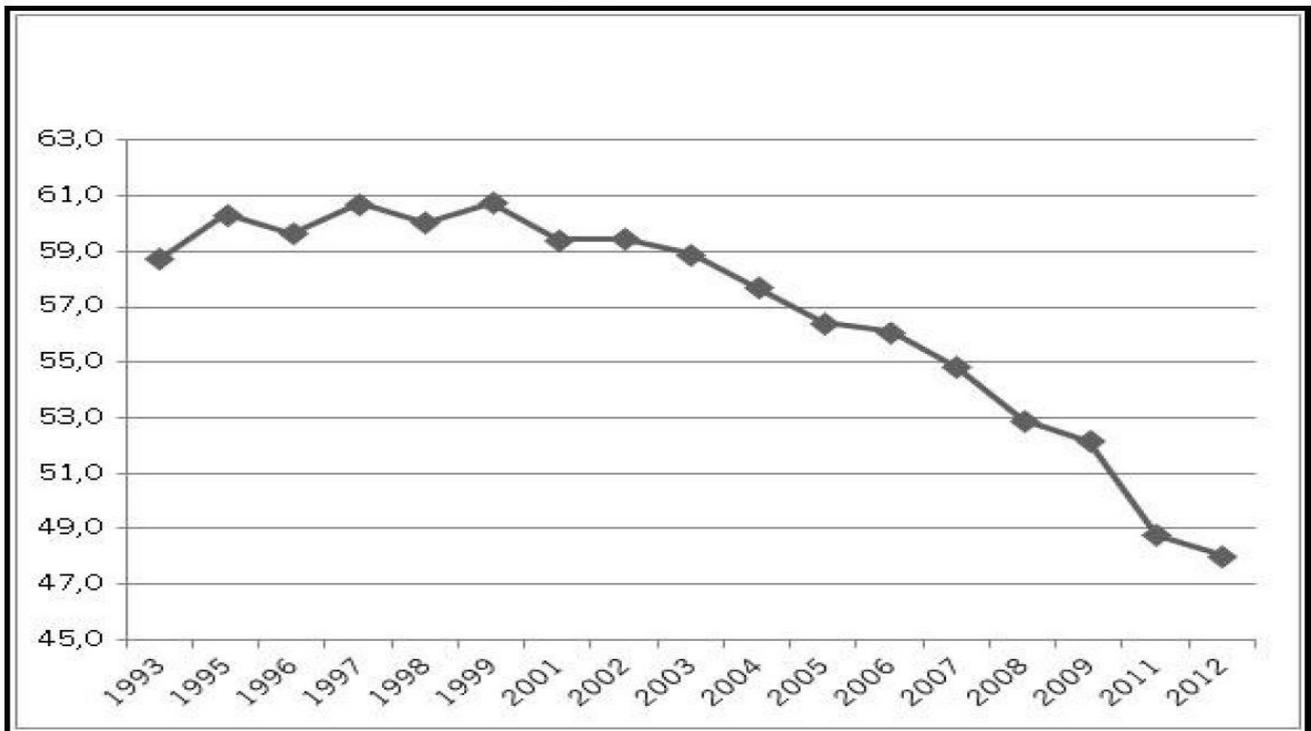
Gráfico 1



Fonte: IBGE.

Gráfico 2

Taxa de empregos informais no Brasil



Fonte: SÁTYRO, Natália. "Padrões distintos de bem-estar no Brasil: uma análise temporal", in *Opinião Pública*, vol. 20, n. 02, Campinas, Agosto de 2014.